

HISTÓRIA INDÍGENA E HISTÓRIA AMBIENTAL NAS ÁGUAS PASSADAS DO VELHO CHICO

Profa. Dra. Juciene Ricate Apolinário – UFCG

Este projeto procurará resgatar um importante episódio da história do Brasil que foi a ocupação processual e sistemática do ambiente natural rico e complexo, nos aspectos da biodiversidade e das riquezas étnicas do rio São Francisco. Rio este que tem suas histórias contadas na perspectiva êmica, através de significativas lendas registradas pela literatura regional e, principalmente, na memória dos ribeirinhos ao longo das margens do Velho Chico. No entanto, há uma falta, singular, no que toca a produção historiográfica acerca do tema proposto.

O problema principal da nossa pesquisa é - como se deu a ocupação do Rio São Francisco nas perspectivas ambiental e da etno-história, levando em consideração os olhares colonizadores sobre a natureza as margens do Velho Chico e os conflitos interétnicos entre grupos indígenas e não-indígenas nos períodos Colonial e Imperial brasileiros?

A colonização portuguesa no Brasil ao longo do rio São Francisco, chamado Opara pelos indígenas, provocou mudanças significativas na biodiversidade, através do processo de implantação de sistemas econômicos com características externalistas e endógenas amparados nos interesses mercantilistas. Conseqüentemente, ocorreram lutas e resistências entre povos indígenas e portugueses. A conquista e a manutenção da posse da terra e de suas riquezas naturais por parte dos colonos e da Coroa portuguesa resultaram em diferentes práticas e relações culturais na região sertaneja do rio São Francisco.

O rio São Francisco¹ foi à base para a exploração dos sertões e rota fluvial de ligação de diversas regiões do Brasil. Em torno dele várias rotas de comércio foram

¹ Ele nasce na serra da Canastra no município de Pium, oeste de Minas Gerais e desemboca na Praia do Peba no Estado de Alagoas. É conhecido também como *Rio dos Currais* por ter servido de trilha para transporte e criação de gado na época colonial, ligando a região Nordeste às regiões Centro-Oeste e Sudeste. É considerado o terceiro maior rio do Brasil, possui 3.163 quilômetros quadrados de extensão e sua bacia possui 640.000 quilômetros quadrados de área, o que equivale a sete vezes o território de Portugal. A fonte de vida e de riqueza de suas águas possibilitam o múltiplo uso do seu potencial hídrico, para abastecimento humano, agricultura irrigada, geração de energia, navegação, piscicultura, lazer e turismo. Ao longo de sua extensão aparecem várias quedas d'água, destacando-se a *Cachoeira Grande*, com 2.800m de extensão; a *Cachoeira de Pirapora*, que faz limite entre o curso alto e médio do rio; a *Cachoeira de Sobradinho*, com 5km de extensão; *Itaparica*, a quarta cachoeira do Alto ao Baixo São

abertas ligando missões, fazendas, vilas e cidades das regiões centrais de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Piauí entre si e com as cidades do litoral.

Durante o período colonial consideramos que nessa região, ora em destaque, ocorreram três momentos distintos no que se refere à política de ocupação e desenvolvimento, dirigida pela Coroa portuguesa.

A primeira fase de colonização no rio São Francisco tem início com a fundação da Vila de Penedo, à margem esquerda do mesmo rio, por incentivo de Duarte Coelho Pereira, donatário da capitania de Pernambuco, em meados do século XVI, quando da sua viagem exploratória pelo litoral sul de Pernambuco e pelo rio São Francisco.²

Na segunda fase de ocupação ao longo do rio São Francisco foram construídos currais para criação de gado junto às terras mais férteis para pastagem. Instalados desde o final do seiscentos, os primeiros currais se multiplicavam no setecentos e dão rumo para toda a ocupação colonial portuguesa posterior, existindo hoje como uma forte atividade econômica na região do médio São Francisco.

Em meados do século XVII finda a guerra entre portugueses e holandeses no nordeste do Brasil. A partir de então se intensificam as frentes de expansão da pecuária pelo sertão adentro, especialmente ao longo do Rio São Francisco. A economia criatória que se forma no sertão era extensiva, pois “[...] a condição fundamental da sua existência e expansão eram a disponibilidade de terras. Daí a rapidez com que os rebanhos penetraram no interior, cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins...”³

Durante muito tempo, a historiografia relegou ao segundo plano a história ambiental e as relações interétnicas que foram criadas no interior dos sertões do Brasil

Francisco que, com seu grande volume de água, dá ao sítio um aspecto pitoresco e a *Cachoeira de Paulo Afonso*, a cascata mais alta do mundo com os seus 82 metros de fundo e de beleza natural ímpar. Há alguns anos, vários problemas de natureza social e econômica vêm afetando o percurso natural do rio, como o assoreamento, o desmatamento de suas várzeas, a poluição, a pesca predatória, as queimadas, o garimpo e a irrigação. Quinhentos anos depois de seu descobrimento, o rio São Francisco é, ainda hoje, o principal recurso natural que impulsiona o desenvolvimento regional, gerando energia elétrica para abastecer todo o Nordeste e parte do estado de Minas Gerais, através das hidrelétricas de Paulo Afonso, Xingó, Itaparica, Sobradinho e Três Marias.

² Pe. Medeiros Neto. **História do São Francisco**. Editora Maceió, 1941. p. 31-32.

³ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, p. 58.

colonial, através da economia da pecuária. No entanto, como já discorreram Capistrano de Abreu, Charles Boxer, Caio Prado Junior, entre outros, mesmo que começando enquanto economia acessória ao complexo açucareiro e, posteriormente, a da mineração no Brasil, foi o crescimento do criatório que permitiu a expansão do povoamento luso-brasileiro para o interior do Brasil, provocando violentas guerras contra os grupos indígenas e complexos impactos ambientais.⁴

De acordo com Antonil, as fazendas e currais de gado se situavam onde existiam rios e lagoas, imprescindíveis para a criação do gado e ocupação humana.⁵

As principais correntes de povoamento, que surgiram com a pecuária no nordeste do Brasil colônia, advieram da Bahia. O sertão baiano, onde surgiu a maioria das fazendas de gado vacum, compreendia toda a região que ocupa o atual território do Estado, incluindo a margem ocidental do São Francisco. De lá se estenderam ao interior do Piauí.⁶

Os gados que nas capitanias do Maranhão e Piauí eram criados, assim como em Pernambuco e na Bahia, estes últimos às margens do Rio São Francisco, eram levados, entre outros lugares, para as minas de Goiás.⁷

O quotidiano dos sertanistas curraleiros era imprevisível, pois se aventuravam, embrenhando-se sertão adentro e margeando os principais rios nordestinos, principalmente, o rio São Francisco. No percurso defrontavam-se com diversos povos indígenas, sejam mantendo relações negociáveis, seja através de guerras sangrentas. Russel-Wood diz que o sertão era a metáfora das violências representadas pelos eventos das "entradas para matar, escravizar e violar indígenas, ou para a apropriação de terras tribais".⁸

⁴ Cf. ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: UNB, 1982; BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil – Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 e PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁵ ANTONIL. João André **Cultura e Opulência no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 199.

⁶ APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros Povos indígenas nas Fronteiras do Sertão**. Políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás. Século XVIII. Goiânia : Kelps, 2006.

⁷ Provisão do rei D. João V, ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Antônio Luís da Távora. 27 de outubro de 1733. Cód. 6, p. 74. AN/TT. Lisboa – Portugal.

⁸ RUSSEL-WOOD. A fronteira como metáfora. In: **Revista Oceanos**. A Formação territorial do Brasil. N. 40, Lisboa: Bertrand, out/dez, 1999. p. 30.

História Indígena

A história indígena no Brasil passou para o primeiro plano do interesse dos antropólogos nos anos de 1980. O tema em si não era novo, mas costumava aparecer nas monografias na forma de um capítulo específico, a saber, o contato com a sociedade dos brancos que a rigor teria trazido a história para um lugar onde ela não se encontrava previamente. A história seria uma somatória de externalidades: frentes de expansão, fricções interétnicas, políticas indígenas e indigenistas, ações da sociedade nacional e reações nativas. Nas monografias, podia crescer até tomar conta da descrição e reduzir a prólogo a descrição da vida "pré-contato" – distribuição adequada quando se tratava de grupos "aculturados" ou "integrados" –; ou assumir a forma de um epílogo ou de um necrológio, quando pelo contrário os protagonistas eram donos de uma cultura distintiva e ainda vigorosa, cujo crepúsculo mal se iniciava perante os olhos melancólicos do etnógrafo.

Povos que aspiravam a um futuro deviam ter também um passado, e assumir como própria, e não mais como resultado de uma intromissão, a capacidade de mudança. O movimento da história indígena – e falo em "movimento" porque em vários sentidos ultrapassava os limites da academia, inserindo-se nas empresas do próprio movimento indígena – tomou vários caminhos, alternativos ou combinados. De um lado, promoveu uma recuperação e uma avaliação mais otimista do acervo documental produzido ao longo dos séculos pelos agentes da sociedade colonial ou nacional, maior em quantidade e qualidade e muito menos perdido do que era de praxe considerar. Com essa revisão o movimento afirmava, ao mesmo tempo, que o papel dos indígenas na constituição da sociedade nacional era muito mais constante e profundo do que os grandes relatos da "formação do Brasil" deixavam entrever.

Como afirma Maria Regina Celestino de Almeida, estudos mais recentes sobre questões étnicas e culturais valorizaram as dimensões políticas e históricas construídas pelos mais diversos grupos indígenas no processo de contato com a sociedade

circundante portuguesa. Destarte, a autora, baseando-se nos estudos weberianos, destaca que os indígenas submetidos ao sistema de aldeamentos coloniais criaram um tipo de comunhão étnica que se traduziu na ação política em comum e o sentimento subjetivo de comunidade. Almeida destaca ainda que a documentação sobre a resistência indígena revela as práticas políticas que mobilizavam grupos étnicos contra a violência do conquistador. “Essa ação política e coletiva dava-lhes o sentido de união em torno de um objetivo comum, contribuindo, de forma essencial, para desenvolver neles o sentimento de identificação de grupo e de pertencimento a uma aldeia e ao próprio Império Português”.⁹

Diante do exposto, pretende-se abordar, aqui, uma questão crucial relativa à história indígena que é a sutileza das variadas formas de ações políticas e/ou resistências criadas pelos indígenas diante da sociedade circundante portuguesa.

John Manuel Monteiro, ao tratar do que ele denominou de “Historiadores dos Índios”, elucida que não é tarefa fácil identificar, documentar e interpretar os eventos, processos e percepções que envolveram as populações indígenas, haja vista que a documentação trata, na sua maioria, das visões dos colonizadores. “Até mesmo algumas posturas historiográficas desqualificam os índios enquanto atores sociais legítimos”.¹⁰

Concorda-se com o pensamento de Monteiro, pois repensar as ações políticas dos povos indígenas é reavaliar as relações sociais que os diferentes atores nativos criaram a partir do pós-contato, contemplando não só as imagens de bravura e ferocidade, mas também de opções políticas de “colaboração ou acomodação” e alianças, como estratégias de sobrevivência na sociedade colonial.

A releitura do passado dos primeiros contatos, entre os povos indígenas que viviam nos territórios ao longo do rio São Francisco e os colonizadores luso-brasileiros, possibilitará a análise dos processos combinados de resistência sejam guerras, alianças, pacificações e adaptações. Com relação a esta última prática política, Mary Louise Pratt assevera que se não há possibilidades dos povos subjugados “controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus

⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfozes Indígenas**: identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 261.

¹⁰ Cf. MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adalto (org.). **A Outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 238.

variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que utilizam”.¹¹

O historiador, ao entrar em contato com a documentação histórica, não deve carregar consigo um filtro teórico-metodológico que o impeça de visualizar, nas entrelinhas documentais, os espaços intermediários das práticas políticas indígenas por onde passa a “resistência”.¹² Repensar as formas de resistência indígena na história do Brasil Colônia, enquanto prática política, é não aceitar as afirmações historiográficas simplistas de “desaparecimento” e “extinção”.

Eni Pulcinelle Orlandi comenta que tratar da resistência indígena é dar visibilidade às atitudes políticas do “Outro”, diante da imposição dos valores do “Nós”. Não falar da resistência indígena, ou melhor, silenciá-la, “[...] origina-se no fato de que a linguagem é política e que todo poder se acompanha de um silêncio, em seu trabalho simbólico”.¹³

Silvia Porto Alegre assevera que durante muito tempo à historiografia brasileira se reportava aos indígenas como seres em processo de “desaparecimento” já que seriam, paulatinamente, integrados pela sociedade circundante. Destarte as práticas políticas indígenas eram silenciadas. Desaparecer significa deixar de ser visto, perder visibilidade. Por outro lado, as pesquisas dos últimos anos, no campo da história e da antropologia revelaram que cada grupo indígena tinha um caráter étnico de posicionamento frente ao não-indígena. E mesmo que negados no plano discursivo, os grupos étnicos continuavam existindo e cada vez mais organizados, politicamente, afirmando as suas etnicidades. O recorte da etnicidade entendido como fenômeno político é importante porque revela que as práticas políticas, integracionistas, colonizadoras não conseguiram fazer “desaparecer” os povos indígenas.¹⁴

É importante a reconstrução da história dos contatos entre os povos indígenas e colonizadores para ressignificar os papéis históricos desses grupos étnicos na

¹¹ PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: UDUSC, 1999, p. 30.

¹² Emprega-se o termo resistência para explicar as formas coletivas de mobilização dos grupos indígenas diante dos não-indígenas, orientados por estratégias políticas de “retomadas de iniciativa” e de reconquista de autonomia sócio-cultural, econômica e territorial. Cf. ALBERT, Bruce. Introdução. **Cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcinda Rita Ramos. **Pacificando o branco**: cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 15.

¹³ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à Vista**: discurso do confronto. São Paulo, 1999, p. 49.

¹⁴ ALEGRE, Maria Silvia Porto. Rompendo o silêncio: por uma revisão do desaparecimento dos povos. In: Ethnos. **Revista Brasileira de Etnohistória**. Ano II. Nº 2. Recife, UFPE, p. 24.

construção da historiografia regional. Como já se comentou, precisa-se revisar, continuamente, a idéia simplista de extinção de alguns grupos indígenas, tantas vezes asseverada nos estudos históricos.¹⁵

Podendo, assim, contrariar as abordagens estruturalistas e globalizantes em que os ameríndios são representados como inermes diante dos projetos socioeconômicos colonizadores. Como informa Catherine V. Howard, “dentro do sistema de relações interétnicas sempre há espaço para enfrentar a dominação, abrir caminhos de protesto, ainda que disfarçados de acomodação, fazer leituras alternativas de uma mesma situação e imprimir aos símbolos dos brancos novos significados criados pelo grupo indígena”.¹⁶

METODOLOGIA

Como procedimento inicial far-se-á a complementação do levantamento bibliográfico para que se possa aprofundar o conhecimento de história indígena, principalmente, no que diz respeito aos trabalhos que trataram da história ambiental nos campos da História, Antropologia, Geografia e outras ciências que proporcionem suportes teórico-metodológicos para o desenvolvimento da nossa pesquisa e das políticas indigenista e indígena. Posteriormente, as informações extraídas da bibliografia selecionada serão registradas em um banco de dados e este último será sistematicamente alimentado no decorrer da pesquisa.

A esta pesquisa, será dedicado maior tempo aos documentos manuscritos, devido a grande quantidade de informações neles contidos acerca da temática proposta. A documentação que já previamente arrolamos para a pesquisa pertence ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – Portugal, microfilmados e digitalizados através de pesquisadores vinculados ao Projeto Barão do Rio Branco /Minc, cuja a proponente colaborou entre os anos de 1998 e 1999. No entanto, ainda há que se pesquisar em outros arquivos portugueses como os Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Arquivo Municipal do Porto e Arquivo Municipal de Évora que são importantes instituições com ricos acervos documentais sobre o Rio São Francisco.

¹⁵ Cf. MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC/INL, 1989, p. 14.

¹⁶ HOWARD, C. V. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, B ; RAMOS, A. R. **Pacificando o Branco**. Cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 28.

Valorizar-se-á também fontes documentais de arquivos históricos de alguns estados brasileiros os quais são detentores de fontes históricas acerca da temática proposta. Destacam-se também arquivos históricos nacionais como: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo do Itamaratí, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os documentos poderão ser cursivos, impressos, iconográficos, especialmente os cartográficos que nos revelarão as representações dos espaços, fronteiras e naturezas pensados na perspetiva do Brasil Colonial e do período Imperial. Procurar-se-á recontextualizar cada documento para que se compreenda o discurso, no tempo e no espaço, do autor ou da instituição que o produziu. Quanto aos autores dos documentos, tentar-se-á conhecer as suas posições sócio-econômicas, culturais e a forma como se posicionavam diante da questão indígena e da ocupação do rio São Francisco.

Para trabalhar com as fontes de arquivos brasileiros e do exterior (manuscritos, impressos, cartográficos, imagéticos e outros) pretende-se elaborar fichas-resumo, com os seguintes campos de informações: fundo arquivístico, tipo documental, data, autor, destinatário, assuntos relativos as questões indígenas e ambientais. Estas fichas servirão para alimentar um banco de dados, possibilitando o manuseio de um grande número de informações documentais.

Os mapas (cartografia antiga) dos períodos colonial e do início do século XIX encontram-se em alguns arquivos históricos portugueses que não foram trazidos microfilmados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco do MINC, pois a documentação deste último foi centrada apenas no Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa – Portugal.

Procurar-se-á analisar os discursos oficiais para se verificar como que se aplicava às legislações portuguesa e brasileira, especialmente no tocante às questões vinculadas aos indígenas e como no processo de ocupação territorial as margens do Velho Chico, foi dada visibilidade às políticas indígenas e de caráter ambientais para a época em destaque.

Depois de analisar a documentação selecionada, tendo em vista os objetivos do projeto de pesquisa aqui proposto, interligada ao corpus teórico, partir-se-á para a escrita da história propriamente.

BIBLIOGRAFIA CITADA NO PROJETO E ARROLADA PARA A PESQUISA

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas** : identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios**: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: UnB, 1997.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão**. Políticas Indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás. Goiânia: Kelps, 2005.
- BARBOSA, Bartira Ferraz. *Índios e Missões* : a Colonização do Médio São Francisco Pernambucano nos séculos XVII e XVIII. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. 1991.
- BARROS, Paulo Sérgio. **Confrontos Invisíveis**: colonialismo e resistência indígena no Ceará. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 1997.
- BARROSO, Lídia Soraya Liberato. **Os Povos Indígenas do Tocantins**. Palmas: Rime Artes gráficas, 1999.
- CHARTIER, Roger. **A História hoje**: dúvidas, desafios, propostas. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, nº. 13, 1994, p. 97-113, p. 106.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 12.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, pgs. 307/412
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.
- D'ALESSIO, Márcia Marsor e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação** (1985-1994).
- DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental**: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.177-197.
- DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DUARTE, Regina Orta. A história e a natureza reinventada. In:UFMG – Diversa. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. Ano 7, n 14, julho de 2008.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria das secas**: o caso da Paraíba. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GONÇALVES, Regina Célia. Guerras e Açucars. Política econômica na capitania da Parayba -1585-1630. São Paulo: EDUSC, 2007.
- GRUPIONI, Luís Donisete (Org.). **Índios no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva**: história da migração nordestina para a Amazônia. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2006. 304 p.
- KISH, Georg. *La carte* : image des civilisations. Paris: Seuil, 1980.
- KUPCÍK, Ivan. *Cartes Géographiques anciennes* : évolution de la représentation cartographique du monde de L'Antiquité à la fin du XIXe siècle. Paris: Gründ, 1981.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou**: povoado occitânico (1294-1324). Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da**
- MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização**. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 2001. 206p.
- MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio-ambiente*. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.
- MATTOS, Izabel Missagia de. **“Civilização e revolta”**: povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).
- MEDEIROS, R. P. **O descobrimento dos outros**: povos do sertão nordestino no período colonial. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2000.
- MONSENHOR, Joaquim Chaves. **O indígena no solo piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. **Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios**. In: NOVAES, Adalto (org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.
- NANTES, Frei Martin de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco**. São Paulo: Nacional Brasileira, 1979.
- NEVES, Frederico de Castro. **Imagens do Nordeste**: a construção da memória regional. Fortaleza, CE: SECULT, 1994. 198p. (Coleção Teses Cearenses).
- OLIVEIRA, Carla Mary e MEDEIROS, Ricardo Pinto. **Novos Olhares sobre as capitanias do norte do estado do Brasil**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007
- ORLANDI, Eni Pulcinelle. **Terra à Vista: discurso do confronto**. Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez, 1990.
- Oliveira, Regina Orta. **História e Natureza**. São Paulo. Autêntica, 2005.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento ambiental e crítica escravista no Brasil (1779-1888). São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- Pe. MEDEIROS NETO. *História do São Francisco*. Maceió: Casa Ramalho Editora, 1941.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros**: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.
- POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial, Bauru, São Paulo, 2003.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/USP/ FAPESP, 2002.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 1996.
- RESENDE, Maria Teresa. Cartografia impressa dos séculos XVI e XVII (imagens de Portugal e ilhas Atlânticas). Catálogo de exposição pela comemoração do 6º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique. Org. Comissão Municipal Infante 94 e Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Porto, Portugal, 1994.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das letras, 1996.
- SOUZA, Laura de Melo. **O diabo na Terra de Santa Cruz**. São Paulo Companhia das Letras, 1986.
- VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2000. 269 p.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- WOSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.198-215.